



1
2 **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM**
3 **UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA**
4

5 **ATA DA 90^a REUNIÃO ORDINÁRIA**
6

7 **Local: Auditório do Centro Administrativo Municipal**
8 **Rua da Glória, nº: 394 – Bairro: Centro, Diamantina/MG**
9 **Data: 11 de dezembro de 2014 às 13h30min**

10 Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro do ano de 2014 (dois mil e quatorze), realizou-se no
11 Auditório do Centro Administrativo Municipal, na Rua da Glória, nº 394, Bairro: Centro,
12 município de Diamantina, Estado de Minas Gerais; a 90^a (nonagésima) Reunião Ordinária
13 (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada
14 (URC) Jequitinhonha. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Sr. (senhor) Silvio
15 Henrique Cruz Vilhena, Presidente, Chefe Regional do Alto Jequitinhonha – IEF; Sr. Wagner
16 Vicente Rodrigues de Almeida, Titular da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
17 Abastecimento (SEAPA); Sra. (senhora) Danielle Cristina Fonseca Santos Grazziotte, 1^a
18 (primeira) Suplente da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do
19 Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas (SEDVAN); Sr. Marco Antônio de Lima, Titular
20 da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. Capitão Nilson de Jesus
21 Neves, Titular da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Felipe Faria de Oliveira,
22 Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. Josálvaro de Castro Guimarães, 2^º
23 Suplente do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – Superintendência de
24 MG; Sra. Wilmara das Graças Pereira, 1^a Suplente da Prefeitura do Município Sede da
25 URC/JEQ.; Sr. Alexandre Alves da Silva, Titular do Comitê de Bacia Hidrográfica na área de
26 abrangência da URC/JEQ; Sr. Ézio Darioli, 2^º (segundo) Suplente da Federação das
27 Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sr. José Otoni Alves Campos, Titular da
28 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Guilherme
29 Coelho Neves, 1^º Suplente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do
30 Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sr. Júlio dos Santos Abreu Júnior, Titular da
31 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Minas Gerais
32 (ABES/MG); Sra. Ivana Machado Souto, Titular do Conselho Regional de Engenharia e
33 Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG); Sr. Alex Mendes Santos, Titular da Caminhos da
34 Serra Ambiente, Educação e Cidadania; Sra. Andreza Lemos Meira, Titular da Universidade
35 do Estado de Minas Gerais (UEMG). SILVIO (PRESIDENTE): Verifica a existência de
36 quórum, convida a todos para imposição de respeito para execução do Hino Nacional
37 Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Secretário de**
38 **Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC**
39 **Jequitinhonha, Dr. Danilo Vieira Júnior.** SILVIO (PRESIDENTE): Cumprimenta a todos,
40 agradece a presença e declara oficialmente aberta a 90^a (nonagésima) Reunião Ordinária (RO)
41 da Unidade Regional Colegiada (URC) Jequitinhonha, do Conselho Estadual de Política
42 Ambiental (COPAM). Apresenta-se, sou Silvio Henrique Cruz de Vilhena, Analista
43 Ambiental do Instituto Estadual de Florestas, justifico minha atuação como Presidente dessa
44 Reunião Ordinária (RO), o Dr. Gislardo Vinícius por motivo de força maior não pôde
45 comparecer, fui indicado pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e
46 Desenvolvimento Sustentável, Dr. Danilo Vieira Junior para presidir essa sessão. Vou ler o
47 documento que oficializa a minha indicação para presidir essa reunião. “*Memorando número*
48 *053 SEMAD. Gabinete do Secretário Adjunto. 09 de Dezembro de 2014. Senhores*
49 *Conselheiros e Conselheiras. Diante da impossibilidade de comparecimento do titular e 1º*



50 Suplente representantes da SEMAD, junto a URC (COMPAM Jequitinhonha), conforme
51 composição estabelecida pelas deliberações (COPAM) Nº484 de 2013, indico o Sr. Silvio
52 Henrique Cruz de Vilhena integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais
53 para presidir a 90ª Reunião Ordinária (RO) da Unidade Regional Colegiada (COMPAM
54 Jequitinhonha) que será realizada no dia 11 de Dezembro de 2014 às treze horas e trinta
55 minutos no município de Diamantina. Atenciosamente. Assina o Sr. Danilo Vieira Junior".
56 Secretário Adjunto do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e presidente da URC
57 (COPAM Jequitinhonha). Agradecer a Sra. Eliana Piedade Alves Machado, Superintendente
58 Regional de Regularização Ambiental, todo o apoio que nos foi dado pela equipe da
59 SUPRAM Jequitinhonha nessa nossa participação excepcional. Comunico que essa
60 Presidência observará o cumprimento do regimento interno do Conselho de Política
61 Ambiental conforme dispõe a deliberação normativa COPAM 177/2012 e dessa forma
62 solicito a colaboração de todos os Conselheiros e o pessoal que compõe a plateia para que
63 colaborem para uma reunião que transcorra dentro da normalidade, a observância do
64 regimento nos assegura a todos o exercício pleno da cidadania. Item 3 da pauta da 90ª
65 Reunião Ordinária (RO). **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** Conforme o
66 regimento, prazo para manifestações de 30 minutos dos senhores Conselheiros e para os não
67 Conselheiros desde que, previamente inscrito que irão compartilhar esse tempo que será dado.
68 A palavra está aberta. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Dá boas-vindas ao Presidente
69 Silvio, elogia o trabalho deste parceiro do Ministério Público. Reforça um e-mail que
70 encaminhou para alguns colegas Conselheiros e também pede auxílio da SUPRAM. Na
71 última URC foi estabelecido um grupo de trabalho decorrente a alguns pedidos de vistas
72 relacionados ao estudo da Diversus com relação a alguns impactos socioeconômicos do
73 empreendimento Anglo American, eu sou um dos Conselheiros que pediu vista e ficamos de
74 agendar uma reunião, eu pedi para Eliana o e-mail dos conselheiros que também fizeram
75 pedido de vista e mandei e-mail a todos. A Dra. Denise, a Dra. Carla, inclui o e-mail do Alex
76 que falou que queria compor o grupo, mesmo não tendo feito pedido de vistas. Eu havia
77 sugerido no e-mail era nós realizarmos a primeira reunião hoje após a URC, seria possível a
78 gente fazer um primeiro encontro para começarmos a estabelecer uma rotina de outras
79 reuniões, estabelecer os pontos iniciais desse nosso grupo de trabalho e reunião. Reforça esse
80 convite. Peço a Eliana se fosse possível, a presença do Wesley e do Rodrigo. Tem algumas
81 informações que a SUPRAM tem sobre o empreendimento, poderia nos auxiliar e subsidiar
82 para facilitar esse nosso diálogo. Fico aguardando após a reunião se isso efetivamente vai
83 ocorrer. Agradece. SILVIO (PRESIDENTE): Continua aberta para manifestação. ALEX
84 (CAMINHOS DA SERRA): Dá boas-vindas ao Presidente Silvio. Eu recebi o representante
85 da Itinga Mineração em uma reunião para apresentar os dois programas, um de apoio ao
86 artesanato local, várias famílias dependem desse processo como uma ação social,
87 socioambiental. Eles começaram, procuraram os artesãos e descobriram que existem 19
88 artesãs e núcleos familiares que trabalham com esse processo. A empresa já requereu um
89 DNPM, está licenciando a área de artesanato, eles organizaram essa turma para ir a uma feira
90 nacional em Belo Horizonte e eles já tiveram condições de ir com mais organização. Fizeram
91 os cartões de apresentação, estão trabalhando com eles questões de custo, de venda, criando
92 um site para expor os produtos. Pede para o Conselho apoiar esses processos. Gostaria de citar
93 também o programa de Educação Ambiental de ações com escola, pegaram uma escola rural
94 que próxima ao empreendimento e estão dando seguimento, isso é muito importante. Com
95 relação a Ômega que foi uma solicitação à trilha verde eles estavam usando. Ontem teve uma
96 reunião com a Ômega e eles já retiraram as placas, já orientaram a empresa que é terceirizada
97 que estava usando a trilha como processo isso era proibido dentro do projeto e a gente vai
98 acompanhar e abriram também um canal de comunicação com a prefeitura que estava com



99 alguns problemas relativos aos programas, ficamos de acompanhar esse processo. Tivemos
100 uma experiência em Gouveia que foi a realização de um fórum de discussão de mineração em
101 Gouveia que iniciamos esse ano com alunos do ensino médio do primeiro ano do ensino
102 médio, começamos a trabalhar com esses alunos na escola há quatro meses e trabalhando com
103 uma mineração a Tracomal que trabalha com pedras ornamentais, o grupo foi dividido em
104 alunos que trabalhariam nas questões da empresa e alunos que trabalhariam as questões
105 socioambientais e eles receberam não só o EIA/RIMA como também o parecer único e foram
106 trabalhados durante esses três meses para culminar no fórum. Entorno de 320 alunos e nos
107 moldes do nosso conselho aqui, com toda formalidade de formação da mesa dos conselheiros,
108 da discussão, apresentação da empresa, votação e eles usaram, eles estiveram aqui visitando o
109 COPAM, eles aplicaram as questões de levantar as fichas de apoio ou contra foi bem
110 interessante foi formada uma mesa também eles apoiando e não apoiando, os comentários são
111 muito positivos, custo baixíssimo de introdução desse processo, os meninos visitaram a
112 própria mineração, trabalharam em cima dos programas, viram o que estava sendo proposto o
113 que estava sendo apresentado na empresa. Foi muito enriquecedor é a educação que a gente
114 está tentando implementar com as escolas de Gouveia uma coisa diferenciada só palestras que
115 não envolvem tanto. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): Cumprimenta a todos, dá boas-
116 vindas ao Presidente Silvio. Parabeniza o conselheiro Alex pelo trabalho que vem fazendo lá
117 na comunidade de Gouveia através da sua ONG. Traz um convite. Dia 16 haverá formatura da
118 segunda turma do projeto de Educação Ambiental feito na cidade com as Escolas Municipais
119 com o apoio da Prefeitura de Diamantina as dezenove e trinta no Espaço; são 50 crianças é
120 um programa de Educação Ambiental similar ao PROERD. O PROJEA traz informações
121 sobre o meio ambiente Educação Ambiental. Agradece. JOSÉ OTONI (FAEMG): Eu gostaria
122 que a Eliana programasse para o início do ano a ida da sua equipe à Araçuaí porque as
123 licenças que foram concedidas principalmente ao agricultor familiar estão vencendo. Temos
124 recebido muitas cobranças, pois eles querem que seja revalidada a licença deles. Agradece a
125 Eliana e a sua equipe pelo atendimento que dado em 2014 em Araçuaí e nos municípios
126 vizinhos com assistências dentro das possibilidades, ficamos muito satisfeitos. Deseja a todos
127 os presentes um Feliz Natal e Próspero Ano Novo e que o ano que vem contemos com essa
128 luta como foi esse ano de 2014. ELIANA (SUPRAM JEQ): Cumprimenta a todos. Agradece a
129 todos pela participação efetiva em 2014 uma vez que essa participação requer um
130 envolvimento e uma dedicação, têm desdobramentos específicos, que vai desde o estudo do
131 parecer único como da articulação e discussão com os vários atores envolvidos as questões
132 mais emblemáticas de cada empreendimento objetivando chegar a melhor alternativa possível,
133 requer paciência, o respeito às opiniões contrárias a tolerância e essa participação é de
134 fundamental importância, pois o licenciamento ambiental está ficando cada vez mais pesado e
135 a SUPRAM não dá conta sozinha, a contribuição dos senhores nessas discussões traz um
136 alívio para a gente. Pelas visões diferentes que cada entidade tem e interesses diferentes e
137 principalmente pela atuação regional. Quero agradecer-lhes. Outro ponto seria uma breve
138 avaliação, fazer essa reflexão no sentido de considerar as falhas, o nosso empenho, dedicação
139 considerando toda lição e o aprendizado que extraídos desse processo de construção da
140 análise até o julgamento, feita essa análise lá na SUPRAM eu entendo que aqui é a instância
141 mais apropriada para externar essa reflexão. Essas considerações são para que este conselho
142 possa refletir na continuidade do seu mandato em 2015. Os empreendimentos que tem uma
143 maior complexidade eles precisam ser discutidos antes das URC's, em reuniões parciais para
144 que o empreendedor tenha a oportunidade, tranquilidade de expor o que é o seu projeto. A
145 SUPRAM tenha a oportunidade de com tranquilidade mostrar todos os pontos mais relevantes
146 da sua análise. Em uma reunião da URC com toda a formalidade regimental, tempo
147 cronometrado, a participação, presença de pessoas às vezes com ânimo mais alterado ou



148 principalmente com conhecimento superficial do empreendimento, nas últimas reuniões pode
149 se observar que isso dificulta uma discussão madura e um aprofundamento da discussão, e
150 essa decisão cabe aos senhores. Estas reuniões são necessárias para que possam esgotar todas
151 as dúvidas e para que na reunião de julgamento, os senhores tenham segurança e conheçam o
152 empreendimento que estão julgando. Essas reuniões devem ser uma rotina para esses
153 empreendimentos, mas tem a questão de tempo que precisa ver observado tanto a SUPRAM
154 em sua análise e como também aqui nas discussões para não causar outros prejuízos. Outro
155 ponto é que, ainda que o cumprimento de Condicionantes seja uma obrigação do
156 empreendedor entendemos que a SUPRAM analisar o cumprimento das Condicionantes
157 dentro de uma regularidade maior. Para antecipar problemas, para discutir com
158 empreendedores alguns ajustes, adequações caso sejam necessárias e também até antecipar
159 com essa mesma regularidade dar um retorno desses projetos mais complexos aqui para a
160 URC, os empreendedores às vezes eles tem dificuldades do cumprimento satisfatório de
161 algumas condicionantes e se conseguirmos analisar dentro dessa regularidade de um tempo
162 menor vamos poder essas Condicionantes com nível de dificuldades poderão ser reavaliadas
163 pela SUPRAM e pela URC em busca de um resultado mais satisfatório. Outro ponto é que
164 algumas questões precisavam ser discutidas antecipadamente também com a equipe da
165 SUPRAM antes de serem encaminhadas para outras instâncias decisórias que às vezes acaba
166 dando desdobramentos, atrasos, desgastes, coisas que às vezes poderia evitar com uma
167 simples reunião. São questões técnicas que precisam ser discutidas melhor, vamos colocar as
168 duas equipes para discutir evitando desgastes e críticas. Existe também a necessidade de
169 ampliar e fortalecer esse diálogo entre a SUPRAM, Ministério Público e outras entidades,
170 instituições com atuação aqui regional e que tenham interface com licenciamento e eu digo
171 ampliar e fortalecer investindo ainda mais no fortalecimento. Algumas questões, e alguns
172 empreendimentos que às vezes o licenciamento está correndo na SUPRAM, mas existem
173 outras discussões e tratativas junto ao Ministério Público ou outras instituições e que a
174 SUPRAM só toma conhecimento disso na hora que o parecer está na pauta e às vezes aqui na
175 hora da URC. Reitera que o produto da análise da SUPRAM é o parecer único ele é uma
176 síntese onde se tenta colocar o que é o empreendimento segundo os estudos apresentados com
177 seus impactos, medidas mitigadoras e compensatórias e em um empreendimento grande e
178 complexo é difícil para nossa equipe retratar de uma forma assim clara tudo dentro de poucas
179 páginas. O que às vezes pode estar subentendido para nossa equipe, para os senhores pode ter
180 gargalos, mas é o parecer de vista é posicionamento da nossa equipe, um posicionamento de
181 entendimento técnico e jurídico institucional é esse entendimento que a nossa equipe vem
182 aqui defender para os senhores. Feitas essas considerações uma justificativa, o ano de 2014
183 foi um ano difícil para a SUPRAM Jequitinhonha tivemos uma defasagem em nossa equipe
184 técnica com perda de colaboradores que foram encerramentos de contratos, antes dos novos
185 servidores serem empossados, a equipe ficou muito reduzida com período sem diretor técnico
186 depois os novos servidores chegaram precisando passar por treinamento, restrição
187 orçamentaria que dificultou a realização dos treinamentos que estavam previstos,
188 conseguimos realizar poucos treinamentos alguns com a parceria da FIEMG do
189 SINDIESTRA, no entanto, conseguimos fazer o melhor que pudemos para que o nosso
190 trabalho não parasse. Agradece a toda a equipe da SUPRAM Jequitinhonha, por todo
191 comprometimento e dedicação, aos conselheiros e ainda aos empreendedores que eles são os
192 nossos clientes da SUPRAM e que com os quais temos uma relação profissional transparente
193 e o embate técnico e uma troca muito grande de conhecimento de experiências. Agradecer o
194 Rodrigo, diretor técnico que esta encerrando a sua jornada aqui na SUPRAM Jequitinhonha e
195 retornando para SEMAD nessa área com essa experiência da regularização ambiental que ele
196 possa lembrar-se e contribuir na construção dessas ferramentas para apoiar aqui os nossos



197 analistas. Deseja Feliz Natal a todos e um 2015, muito bom para todos nós. **Áudio não**
198 **identificado - Manifestação fora do microfone.** SILVIO (PRESIDENTE): Agradece.
199 Parabeniza Eliana pelas colocações. Mediante solicitação e em função da excepcionalidade eu
200 concedo um minuto, a palavra ao diretor técnico da SUPRAM Rodrigo. RODRIGO
201 (SUPRAM JEQ): Agradece. Agradece a todos vocês e me despedir temporariamente claro,
202 agradecer aos senhores conselheiros pela paciência e carinho, pela atenção. Queria agradecer
203 e me colocar a disposição dos senhores todos eu continuo funcionário da SEMAD, a SEMAD
204 ainda tem as funções de apoiar os conselhos na regularização ambiental, mesmo eu voltando
205 para a gestão ambiental. A gestão ambiental ela é ferramenta de gestão territorial, gestão do
206 estado de Minas do qual esse conselho faz parte, então eu espero que continuemos parceiros o
207 tempo todo. Agradece a todos. Vou pedir um favor para os senhores, escute mais essa equipe,
208 eles têm o que falar. Agradece. **Manifestação fora do microfone.** SILVIO (PRESIDENTE):
209 Concede mais dois minutos um para o conselheiro capitão Nilton Neves e para o Dr. Felipe e
210 assim encerramos o item 3 da pauta. CAPITÃO NILSON NEVES(PMMG): Parabenizar
211 Eliana pela proposta para o próximo ano, acho muito importante esse processo sugerido de
212 discutir em reuniões menores os processos mais complexos, eu colocaria mais um adendo
213 nessa questão, principalmente os grandes processos o prazo regimentar de 10 dias de
214 encaminhamento do PU para os conselheiros é insuficiente, eu sugeriria que ampliasse esse
215 prazo porque fica inviável para analisar, ler o processo como um todo, visto que importante
216 vir para a reunião mais embasado. Outro pedido, é que alguns conselheiros os mais novos e
217 suplentes que vem substituindo alguns titulares não tem conhecimento pleno do
218 funcionamento do COPAM, então, sugiro se não está previsto um treinamento para os
219 conselheiros para atualizar para reforçar com relação ao regimento. Agradece. FELIPE
220 (MINISTÉRIO PÚBLICO): Parabeniza as iniciativas dos Alex referentes ao projeto.
221 Parabenizar e agradecer a equipe da SUPRAM. Parabeniza o Rodrigo e deseja sucesso.
222 Agradece a Eliana por todo trabalho nesses dois anos, as discussões que temos aqui sempre de
223 maneira muito cordial, profissional, são muito salutares, acho muito positivo. Parabenizo a
224 Eliana pela iniciativa da reflexão, a questão das análises de Condicionantes de forma
225 periódica. Acho muito bom, é uma reclamação constante das pessoas e às vezes até dos
226 empreendedores que querem orientações como cumprir as condicionantes e para os
227 conselheiros também já que a questão das condicionantes é sempre muito debatida aqui. Mas
228 trago uma ponderação, que é a questão da transparência para com as demais pessoas e os
229 registros em ata, por mais que seja muito interessante a **realização de reuniões com os**
230 **empreendedores** se não vai ficar registrado aqui em ata e os outros conselheiros não vão
231 participar desse debate e as pessoas que estão presentes também não vão ter ciência dessas
232 informações que são debatidas, então acho que por um lado é muito interessante essas
233 reuniões parciais em grupos menores, mas por outro eu acho que é importante que esses
234 debates sejam feitos aqui no conselho, porque é isso que dá transparência isso que dá
235 democraticidade é isso que possibilita uma maior clareza do licenciamento, apontar ainda a
236 necessidade do diálogo ser decorrente de uma abertura não só do Ministério Público mas das
237 outras entidades incluindo a SEMAD, pois às vezes ela mesma se faz refratária a informações
238 trazidas de fora, eu acho que é bom para os técnicos, é bom para os conselheiros, é bom para a
239 empresa. Desejar um Feliz Natal a todos e espero que 2015 seja muito proveitoso para todos
240 nós. Agradece. SILVIO (PRESIDENTE): Dá prosseguimento, passa para o próximo item de
241 pauta. Item de pauta 4. **Exame da Ata da 86ª RO de 29/09/2014 e 87ª RO de 30/10/2014.**
242 Em discussão. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Destaque. São pequenos detalhes, mas eu
243 acho que talvez alterem a compreensão da frase. Linha 99, onde esta escrito tempo prévio
244 dessa magnitude, é um empreendimento dessa magnitude. Linha 104 onde está escrito
245 disponibilidade de vários documentos, no site do SIAM, falta a informação no site do SIAM.



246 Linha 176 onde está escrito ao TARCA é ao TAC , que é ao TAC de Irapé e a mesma
247 questão na linha 183, 184 perdão é uma questão de digitação, mas na hora de uma eventual
248 leitura pode complicar da questão. Linha 261 onde está escrito uma das imagens também fala
249 da ausência de beleza paisagística, fala da presença da beleza paisagística estava justificando
250 justamente a importância paisagística do local. Linha 405 eu acho que houve uma inversão da
251 fala do Sr. presidente o Sr. Danilo que onde consta fui informado que não foi disponibilizado
252 só fisicamente, a disponibilização foi eletrônica, eu acho que foi justamente o contrário que
253 ele quis dizer que não foi disponibilizado eletronicamente a disponibilização foi só física,
254 tanto é que isso corrobora com a frase seguinte do Wesley, eu acho que houve uma troca.
255 Estou encerrando é rapidinho, são pequenos detalhes só. Linha 3615,3616 suprimir, não isso
256 não tem nenhuma relação com o empreendimento de uma fala nossa; muitas vezes na fala a
257 gente diz: não, não dá para falar que isso não nenhuma relação com o empreendimento, ficou
258 parecendo que foi uma afirmativa do Ministério Público, mas, era uma expressão que estava
259 sendo utilizada enfim. Por último, linha 3794 ao final da fala do Ministério Público houve um
260 ponto de interrogação que era uma pergunta e 3796 e 3797 a mesma coisa ao final das frases o
261 ponto de interrogação para caracterizar a pergunta já que é respondida logo em seguida pela
262 técnica. GUILHERME (FEDERAMINAS): Cumprimenta a todos. Parabeniza e corrobora
263 com as palavras do Capitão Nilson, seria muito interessante a ampliação dos conhecimentos
264 do regimento do conselho. Solicita que fosse enviado a Ata mesmo não tendo participado da
265 reunião seria pertinente estar recebendo, gostaria de estar recebendo essas comunicações.
266 Não recebi o e-mail que Dr. Felipe, eu sou um dos Conselheiros que pedi vista ao processo e
267 seria interessante estar participando dessas reuniões. Agradece. ELIANA (SUPRAM JEQ):
268 Esclarece que é encaminhada aos Conselheiros somente a pauta com a convocação. Todo o
269 material, as atas, os pareceres são disponibilizados no site a partir da convocação. SILVIO
270 (PRESIDENTE): Questiona se há mais alguma consideração. Coloca em votação e aprovam a
271 redação definitiva das atas da 86ª e 87ª Reuniões Ordinárias. Prossegue. Item 5 da pauta. **5.**
272 **Processo Administrativo para exame de Licença de Operação: Item 5.1 Anglo American**
273 **Minério de Ferro Brasil S.A - Linha de transmissão de energia elétrica - Itabira,**
274 **Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Itambé do Mato Dentro,**
275 **Morro do Pilar, Passabem, Santa Maria de Itabira, Santo Antônio do Rio Abaixo e São**
276 **Sebastião do Rio Preto/MG - PA/Nº 11807/2007/003/2013 - Classe 3 - Apresentação:**
277 **Supram JEQ.** Indago se há algum destaque. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Destaque.
278 SILVIO (PRESIDENTE): Mais alguma manifestação? Item **6. Processos Administrativos**
279 **para exame de Revalidação da Licença de Operação: 6.1 CBL - Companhia Brasileira**
280 **de Lítio - Lavra Subterrânea com Tratamento a Úmido e Unidade Complementar de**
281 **Beneficiamento, Exceto Pegmatito e Gemas - Itinga e Araçuaí/MG - PA/Nº**
282 **00314/1990/010/2014 - DNPM nº 807022/1971 - Classe 3 - Apresentação: Supram JEQ.**
283 Comunica que em decorrência de questões de ordem técnica e jurídica esse item foi retirado
284 da pauta. Considerando a solicitação de destaque, coloca em discussão pela representatividade
285 que solicitou destaque, o item 5.1 da pauta. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Agradece.
286 Faz três perguntas para equipe técnica. Antes até de adentrar a algumas dúvidas, discuti umas
287 sugestões a que se refere às Condicionantes 09,10,11 e 12, que é de monitoramento de fauna e
288 discutimos e coloquei uma sugestão e me parece que até foi debatida com o empreendedor, de
289 incluir o monitoramento de morcegos, quirópteros, pois em linhas de transmissão existe muito
290 risco de colisão, então enfim fica essa sugestão, para poder aprimorar o programa de
291 monitoramento e para agregar essas Condicionantes, eu acho que um primeiro registro.
292 Algumas dúvidas, na página 5 do PU, os senhores fazem menção que é do traçado da linha de
293 transmissão que segundo informações e documentos do processo atingiu no total 134
294 propriedades barra posses e não 120, como informado na LI. Houve desmembramentos das



295 propriedades? Porque atingiu uma área superior ao que estava previsto na LI? **NÃO**
296 **IDENTIFICADO:** Realmente houve esta alteração. SILVIO (PRESIDENTE): Por favor.
297 CRISTIANE (SUPRAM): Realmente houve esta alteração. Foi solicitada à empresa a
298 documentação, isso foi apresentado e foi analisado sendo confirmada essa alteração. FELIPE
299 (MINISTÉRIO PÚBLICO): Houve uma intervenção em área não prevista ali? WESLEY
300 (SUPRAM JEQ): A empresa respondeu que houve a questão de espólio próximo, e novos
301 levantamentos informados quando foi verificado a questão da regularidade documental,
302 desmembramento, novas propriedades, posseiros, então foram “N” situações envolvidas, mas
303 verificamos, a listagem dos titulares ali do domínio da posse e verificamos se houve de fato a
304 emissão seja através de processo judicial de desapropriação emissão de posse ou documento
305 que relacionava aquele profissional listado, bem como os contratos de instituição de servidão.
306 De forma amigável entre a empresa e os terciários atingidos. Houve entre os títulos os
307 contratos emissões de posses judiciais e essa relação de 134, mas de fato houve essa diferença
308 entre o que foi levantado na LI que foi indicado como propriedades atingidas com a fase
309 seguinte agora da operação do número de contratos de servidão, foi questão de propriedades,
310 desmembramentos tem tudo. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Agradece. Um registro que
311 o Ministério Público tem obrigação de fazer concernente a dispensa de reserva legal por se
312 tratar de linha de transmissão com base na Lei Estadual nº 2922/2013 e na Lei Federal
313 nº12651/2012, existe uma arguição de constitucionalidade desse dispositivo feita junto ao
314 Supremo Tribunal Federal questionando entre várias outras questões a função ecológica da
315 reserva legal uma vez que existe um disposto no Artigo 225 da Constituição que fala que o
316 legislador não pode suprimir as funções ecológicas dos institutos, além da própria proibição
317 do retrocesso ambiental por meio de leis infraconstitucionais, essa DI está lá no Supremo
318 aguardando uma apreciação final. E o Ministério Público de Minas Gerais foi um dos
319 principais atores na elaboração desse documento, é preciso registrar o entendimento do
320 Ministério Público da constitucionalidade desses dispositivos que dispensaram a reserva
321 legal de linhas de transmissão, junto com outros dispositivos da mesma natureza dos
322 chamados Novos Códigos Florestal Nacional e Estadual. Peço à diretoria de controle que se
323 manifeste, sei que o Estado entende pela validade. Na página 40 do PU é referente a uma
324 Condicionante. A Condicionante 22 essa informação ela se repete ao longo de várias
325 Condicionantes no estado de cumprimento, que se refere pela aprovação da CPB das áreas de
326 compensação e parece que já teve a 49^a RO. Porque os 60 dias da data da reunião teria
327 passado só para esclarecer uma dúvida sobre essa questão das datas. SILVIO
328 (PRESIDENTE): Na verdade esse processo de compensação florestal é processo autônomo de
329 responsabilidade do IEF, então em atendimento, em adequação à portaria 99/2013, a empresa
330 já havia protocolado no caso das Condicionantes de protocolo de propostas isso está
331 pacificado acredito. Mediante aos protocolos dos processos executivos de compensação foi
332 formalizado o processo de compensação na instância competente que é o Instituto Estadual de
333 Florestas, através de seus regionais, foram feitas as verificações de campo de conformidade
334 das propostas em relação à realidade de campo, esses estudos apresentados e as análises feitas
335 em campo, o parecer foi favorável, foi deliberado pela Câmara de Proteção Biodiversidade do
336 COPAM na 49^a Reunião Ordinária ficando, portanto, como também prevê a própria Portaria
337 99 a assinatura dos termos de compromisso de compensação florestal, esse é um processo
338 diferenciado, ele teve inicio antes da Portaria 99, finalizou após a Portaria 99, então, tivemos
339 que fazer, havia alguns modelos de termos de compromisso que em função de peculiaridades
340 desse empreendimento, posso Citar um deles a condição da restrição da empresa, restrição à
341 aquisição de imóveis rurais pela empresa de imóveis rurais, tendo em vista, ela ser
342 equiparável a empresa estrangeira, então nós tivemos que fazer uma engenharia para fazer
343 umas amarras nesses termos de compromisso de compensações florestais para a gente ter



robustez e fato garantia de que as compensação sejam cumpridas. Então, de fato os termos ainda não foram assinados, estamos praticamente já está consolidado e pacificado entre o IEF Regional de Jequitinhonha e o empreendedor com relação aos termos, desses TC CFs, outro complicador foi que o parecer do IEF observou que no caso das intervenções de APP não houve a observância da equivalência em cem por cento daquilo que foi intervindo em APP naquilo que estava sendo proposto para compensação. Então, foi solicitado, foi estabelecido, no parecer técnico, uma Condicionante que passou também pela CPB que a empresa deveria na forma de adendo, vamos chamar assim, apresentar uma complementação à proposta de compensação florestal por intervenções em APP. Isso foi feito, o projeto executivo complementar foi apresentado, o parecer técnico que consolidou a verificação da conformidade dessa nova proposta ele só foi finalizado em novembro agora de 2014, então, estamos na eminência assinar esses Termos de Compromisso de Compensação Florestal na próxima semana, e como prevê a Portaria 99 fazendo o comunicado à SUPRAM para caracterizar o cumprimento da Condicionante. Eles têm 60 dias para apresentar à SUPRAM após a assinatura, então, por isso que está no status de em cumprimento. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Só essa questão de entrar essa Condicionante referente à Compensação das Áreas de APP que o IEF entendeu que ainda faltava uma certa adequação. É por isso que está constando parcialmente atendida aqui é por causa disso? É porque ainda vai ter essa segunda votação que deve ficar para a primeira ou segunda reunião. SILVIO (PRESIDENTE): Outro complicador para finalizar esse processo foi em função de uma arguição de que esse parecer complementar deveria passar pela CPB, então, houve uma discussão longa sobre isso, esse problema foi levado à gerente de Compensação Ambiental do IEF que tive o conhecimento hoje de um e-mail que recebi ontem do Sr. Gerente Dr. Samuel Andrade que tendo em vista a forma de cumprimento dessa Condicionante ela ficou da competência de deliberação ou de decisão pelo IEF, pelo regional. Então, havia essa dúvida se teria que passar também esse segundo parecer complementar lá pela CPB, mas não. Estamos praticamente finalizando, temos condições de finalizar culminando com a assinatura desses termos à partir de meados da próxima semana. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): É só um esclarecimento com relação a uma Condicionante do PU a Condicionante número 12 que fala da fauna geral. No PU a equipe tem como cumprida, mas na página 28 fecha a conclusão do seu relatório dizendo que não está claro no programa como serão tratadas as espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, raras, etc. Dessa forma propõe que seja apresentado um plano de continuidade como Condicionantes. Eu não entendi se considerou cumprida ou não ou se está propondo mudar a Condicionante? E o prazo está lá em abril desse ano para terminar, só para esclarecimento desse ponto, por favor. GABRIELA (SUPRAM JEQ): Os relatórios eles estão satisfatórios, essa questão colocada que não ficou claro porque isso é uma coisa que estávamos discutindo se seria o caso de apresentar um programa para algumas espécies que estão na Condicionante 11. Porque até então essas espécies não foram encontradas, propus um programa específico para essas espécies. Mas como foi conversado hoje foram poucas campanhas, ainda faltam cerca de cinco campanhas para serem realizadas para encerrar o monitoramento. Estávamos conversando se não seria o caso esperar terminar o monitoramento para ver se vai ter a necessidade desse programa e iríamos esperar o final para vermos essa questão de apresentar ou não esse programa. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): Nós tivemos a oportunidade de fazer uma reunião com o empreendedor que fez umas algumas solicitações em relação às Condicionantes, sobretudo de reelaboração dos termos das Condicionantes e eles apresentaram os argumentos deles, que vão ser apresentados aqui para essa URC ao final, havendo votação, havendo licença emitida, nós vamos discutir as Condicionantes. E algumas alterações inclusive desse programa de monitoramento já estão propostos como alteração. Parece que está desconecto porque havendo licença vamos discutir



393 as Condicionantes logo após nesse caso. Foi feito um levantamento, uma lista de espécies
394 ameaçadas nos primeiros estudos que provavelmente é uma lista só bibliográfica e que não
395 foram encontrados indivíduos dessas espécies, por isso a avaliação de continuidade ou não de
396 um programa específico quando não há registro de espécie a ser monitorada, é uma questão
397 puramente técnica, mas que tem solução. SILVIO (PRESIDENTE): Então nós vamos
398 rediscutir uma Condicionante só para adequar seria isso não é? CAPITÃO NILSON NEVES
399 (PMMG): Isso. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Dá as boas-vindas a Gabriela, a Sara
400 espero que possamos um relacionamento de contribuição mútua de informações, possamos
401 discutir e agregar cada vez mais informações e dados ao procedimento, que sejam muito
402 felizes junto ao trabalho da SUPRAM. SILVIO (PRESIDENTE): Mais alguma manifestação?
403 Em votação a concessão da Licença de Operação conforme item 5.1 da pauta. FELIPE
404 (MINISTÉRIO PÚBLICO): Abstenção Ministério Público em razão da ação já ajuizada pelo
405 próprio Ministério Público como instituição una, questionando a validade dos dispositivos da
406 Lei 2922/2013 Lei Estadual e Lei Federal 12651/2012, ambas tidas como incidentes no
407 procedimento. SILVIO (PRESIDENTE): Registra a abstenção do representante do Ministério
408 Público, fica aprovada a Concessão da Licença de Operação a que se refere o item 5.1 da
409 pauta. Coloco agora em discussão, existem algumas inscrições para manifestação. O
410 empreendedor fica à vontade cinco minutos. DANIEL (ANGLO AMERICAM): Nós nos
411 inscrevemos no caso da necessidade de algum esclarecimento e para fazer a questão das
412 alterações de Condicionantes. SILVIO (PRESIDENTE): Vamos colocar em discussão as
413 Condicionantes. DANIEL (ANGLO AMERICAM): Desculpe. Os conselheiros não serão
414 ouvidos primeiro em relações a sugestões deles? SILVIO (PRESIDENTE): Colocaremos em
415 discussão, primeiro as propostas dos senhores conselheiros e depois abriremos para os
416 interessados. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Se existe uma proposta de comum acordo
417 da SUPRAM e do empreendedor de alterar as Condicionantes, talvez fosse interessante
418 conhecermos como as Condicionantes estão sendo sugeridas pela SUPRAM agora, para
419 propormos alteração nessa ideia nova da SUPRAM. A título de sugestão, às vezes a
420 SUPRAM ou o empreendedor alguém puder se manifestar quais são essas novas redações,
421 isso poderia otimizar. SILVIO (PRESIDENTE): Solicito a manifestação em paralelo da
422 SUPRAM e do empreendedor para otimizar o tempo. Esta concedida a palavra ao
423 representante do empreendimento. DANIEL (ANGLO AMERICAN): Cumprimenta a todos.
424 Dá boas-vindas ao Presidente e aos novos servidores da SUPRAM. Fizemos uma reunião hoje
425 com os técnicos da SUPRAM na verdade a gente não está suprimindo nenhuma
426 Condicionante e nenhum termo da Condicionante o que tentamos fazer foi que ficasse mais
427 objetivo às obrigações que viriam delas como, por exemplo, a primeira Condicionante era.
428 “*Apresentar relatório acompanhado de análise técnica das atividades realizadas para cada*
429 *Público específico do programa de comunicação social segurança e alerta e educação*
430 *ambiental, contemplando o conteúdo abordado, a metodologia utilizada, os resultados*
431 *alcançados, além do registro fotográfico das ações desenvolvidas*”. Ocorre que esses
432 programas da Licença de Instalação eles tinham uma atenção voltada para o momento da
433 instalação, ainda que alguns deles falassem que ele iria perdurar durante a operação ele não
434 tinha exatamente atividades vinculadas à operação. Por exemplo, quando falava de educação
435 ambiental para o público externo para o público interno. O Público interno na linha de
436 transmissão na fase de implantação era um público que estava na faixa trabalhando na
437 implantação da linha de transmissão, hoje o Público interno que vai fazer toda essa, que vai
438 ainda trabalhar nessa faixa ele é um Público que fica lotado na mina, e já sofre o programa de
439 educação ambiental, faz uso do programa de educação ambiental da nossa Licença de
440 Operação da mina. Outro exemplo, o programa de comunicação para operação ele está
441 embutido em todos os programas, não existe um programa de comunicação específico,



estamos sugerindo algumas alterações nesse sentido e transformando essa Condicionante número um na seguinte sugestão. Apresentar uma proposta para a SUPRAM de escopo para esses programas porque o programa da LI, ele não é o escopo do programa de LO, então, para esclarecer quais são as ações, é preciso que apresentemos para a SUPRAM um programa dentro daquilo que está no Parecer Único e dentro daquilo que conversamos e sabe que eles querem e assim colocamos na apresentação como 1a que depois iria virar a Condicionante número dois, apresentar o relatório desses programas, então, a primeira coisa que a gente sugere é apresentar em 90 dias o escopo dos programas, e tirar o programa de comunicação social efetivo para linha de transmissão, porque a comunicação social dele estará dentro dos outros programas, então se eu vou fazer a recuperação de uma área degradada e preciso comunicar aquela ação dentro do programa de áreas degradadas já vai estar previsto a parte de comunicação social daquele programa, com isso conseguimos deixar objetivo e claro que a gente pretende. Na Condicionante 1a que a gente sugeriu que seria a 2, a gente mudou também então, o prazo dela, o prazo da Condicionante de entrega de relatórios era anualmente durante a vigência da licença, a gente mudou o prazo para ficar igual aos prazos de LO da mina, com a mesma redação da LO da mina e qual é a lógica dessa redação? É o prazo é anualmente até 31 de Março de cada ano referente às informações do ano base anterior de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro. Então quer dizer, eu vou fazer de 01 de Janeiro até 31 de Dezembro fecho o ano e tenho 2 meses para consolidar essas informações e protocolar no órgão ambiental. Dessa forma efetivamente estou medindo o ano inteiro, se eu fico no anualmente e tenho que entregar até dezembro eu vou ficar sem medir novembro e dezembro, consolidar informação então. Então, é uma forma que a SUPRAM sugeriu no processo de LO da mina para que a gente possa medir o ano inteiro e no ano subsequente entregar o relatório. A próxima, a Condicionante 2 que é. “*Encaminhar relatórios referente as ações do programa de manejo das faixas de servidão sob a linha de transmissão, e programa de monitoramento ambiental do empreendimento anualmente*”. A gente está pedindo a exclusão dele por quê? Primeiro o programa de manejo da faixa já está na Condicionante 1, portanto, nós vamos apresentar um escopo e vamos apresentar o relatório. E programa de monitoramento ambiental, nessa fase do empreendimento ele já é feito pelo próprio programa de manejo, ele já faz o monitoramento e o próprio programa de recuperação de área degradada ele já faz o monitoramento ambiental. Então, perde um pouco o sentido ter um programa para isso. Então, a nossa sugestão é excluir a 2 por quê? Nós colocamos o manejo de faixa na 1 e o monitoramento ele já é o próprio manejo e o programa de monitoração de área degradada. A 3 a gente no primeiro momento tinha sugerido a exclusão dela, mas depois com a SUPRAM a gente entendeu que ela não precisava excluir e aí, entra aquele negócio, como é bom conversar antes que a gente entende a Condicionante. Ela estava assim. “*Apresentar relatório da continuidade de monitoramento das matrizes e coleta do material reprodutivo referente ao programa de manejo e resgate de flora*”. Conforme o nosso programa. O nosso programa previa isso na execução no primeiro ano de operação da linha de transmissão. Como a linha de transmissão faz um ano de operação, esse relatório da continuidade ele já existe ele já foi feito a continuidade. Então, o que nós vamos fazer aqui que nós combinamos é colocar, apresentar o relatório final e consolidado da continuidade, ao final incluindo o ano de 2014, e quando eu vou entregar isso? Como é um relatório anual, em 31 de Março de 2015. Então, portanto, a gente sugere uma adequação nele aí para ficar claro, que esse relatório conforme estava previsto no programa é do primeiro ano de operação 2014, e ele será entregue então, em março de 2015. A Condicionante 4 é “*Apresentar relatório contendo identificação das espécies resgatadas que não foram identificadas até a apresentação do relatório final no prazo de 60 dias após a emissão da Licença de Operação*”. A única coisa que estamos pedindo é que seja feita uma alteração, é apresentar



relatório identificação das espécies resgatadas no programa de manejo e resgate de flora que não foram identificadas até a apresentação do relatório final no prazo de 18 meses após a emissão da Licença, em vez de 60 dias. Por quê? Para a gente fazer essa identificação é necessária uma identificação taxonômica, que não dá para ser feita em 60 dias, ela leva mais tempo. Então, nós vamos fazer a identificação, e o prazo que a gente pede para que a gente possa identificar é então 18 meses após a emissão da Licença. Só o prazo. E porque não estava claro que era flora e para não falar que teríamos que resgatar a fauna. A 5, “*Apresentar relatório com a porcentagem de sobrevivência das espécies no viveiro e do plantio e sobrevivências nas áreas destinadas à implantação do PTRF, anualmente durante a implantação do PTRF*”. Pedimos para fazer uma substituição, que não podemos fazer o plantio na área destinada a implantação do PTRF que seja da própria faixa, a própria faixa na verdade ela tem que ficar devidamente podada. Pedimos para colocar que seja nas áreas mudas na reintrodução nas áreas das espécies de compensação florestal, que é pegar aquilo que temos e fazer a reintrodução na área de compensação florestal. O prazo é anualmente durante as ações de compensação florestal. Então tudo aquilo que vai estar lá no termo, que vamos fazer o enriquecimento e vamos utilizar essas porcentagens. A 6, “*Apresentar relatório do programa de áreas degradadas e controle dos processos erosivos com avaliação técnica e medidas a serem tomadas nas áreas com desempenho inadequado e nos novos focos de erosão identificados*”. A gente sugere a exclusão dessa aí pelo mesmo motivo, ela já está incluída na um, vai ter um escopo e o relatório dela, então, ela, não é que ela some, ela é um programa que está incluído na Condicionante número 1. A Condicionante 7 que é a de compensação florestal, não há que fazer alteração. A Condicionante 8 também não precisa ser feita alteração. As Condicionantes 9,10 e 11, elas são Condicionantes complementares e pedimos que elas virem uma Condicionante só, propondo a redação. A primeira a nove é, realizar campanha, a dez, encaminha a SUPRAM relatório parcial e a onze é encaminhar a SUPRAM relatório final. Propomos que ela vire uma só. Realizar as campanhas restantes de monitoramento de fauna para avifauna, herpetofauna e mastofauna e encaminhar um relatório parcial ao final do primeiro ano de operação, que é o que a gente fez até hoje, e relatório ao final do segundo ano de operação contendo os tratamentos estatísticos para cada grupo, análise técnica feita por profissional habilitado discussão e conclusão a cerca dos impactos do empreendimento gerados na fauna. Continuamos mantendo a mesma coisa, realizar, apresenta o parcial e apresenta o final, o prazo é aquele prazo para adequar o prazo para a licença de operação da mina também, anualmente até dia 31 de Março de cada ano referente as informações do ano base anterior de 01 de Janeiro à 31 de Dezembro. Dr. Felipe sugeriu a inclusão nessa aqui. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Conversando com o Rodrigo, porque em que pesa está escrito mastofauna tem a restrição à mamíferos não voadores, talvez se tirasse essa restrição, já seria suficiente para abranger. DANIEL (ANGLO AMERICAN): Tirando isso ou colocando quirópteros como o Sr. quiser. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Do jeito que vocês acharem mais apropriado. Pede para voltar na Condicionante 1 sugerida pelo empreendedor. DANIEL (ANGLO AMERICAN): Falta a 12. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Se desculpa. DANIEL (ANGLO AMERICAN): A 12, “*Apresentar um plano de continuidade do programa de monitoramento da fauna ameaçada endêmica, vulnerável e com insuficiência de dados, a tendendo-se para as espécies sugeridas a serem incluída no monitoramento. Trinta dias após a concessão da LO*”. O que nós estamos propondo aqui, já fazemos o monitoramento, a amostragem dessas espécies elencadas foi muito baixa, o que demonstra que efetivamente não ocorre ali no entorno do empreendimento, propomos continuar fazendo esse monitoramento e ao fim dele, no relatório final, apresentarmos uma análise disso. Então é; apresentar ao fim do monitoramento de fauna um plano de continuidade do Programa de Monitoramento de Fauna ameaçada endêmica,



vulnerável e com insuficiência de dados, caso os resultados finais indiquem essa necessidade. Assim no relatório final vamos fazer uma análise da necessidade ou não apresentar para a SUPRAM e a SUPRAM se manifesta se continuamos ou não fazendo esse monitoramento. Percebemos que provavelmente a lista utilizada como espécies ameaçadas, endêmicas ou vulneráveis veio da bibliografia, e ela não está se aplicando em loco. Estamos propondo continuar averiguando e apresentar o resultado. Porque se estamos monitorando e até agora somente uma dessas espécies apareceu uma vez, acredito que a gente tende a não precisar fazer esse monitoramento mais. Então, fazemos essa proposição ao final, no relatório final, se tivermos alguma percepção diferente, vamos propor diferente e a SUPRAM vai ter o resultado para poder analisar ao final. Então é essa a nossa sugestão. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Eliana, antes de adentrar se a SUPRAM puder mencionar porque parece que há concordância da SUPRAM. ELIANA (SUPRAM JEQ): A melhor forma seria então, excluir porque para unificar a gente vai ter que excluir a 9, 10 e 11 e inclui essa nova proposta de vocês. **NÃO IDENTIFICADO:** Volta, por favor, na Condicionante número 1. SILVIO (PRESIDENTE): Por favor, por uma questão de ordem. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): Com relação a 12 ali não entendi qual seria esse prazo do relatório final. **NÃO IDENTIFICADO:** Ele é o relatório final a que se refere a 11 a 9,10 e 11 ou elas em uma sua só, é o relatório final, mais um ano de monitoramento, ao final falaremos se realmente faz sentido monitorar espécie endêmica, vulnerável, ou se não faz sentido. O que fazer em relação a isso? CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): Eu só chamo a atenção da SUPRAM com relação à proposta dos prazos, a grande maioria esta colocando até 31 de Março. **NÃO IDENTIFICADO:** As que são anuais. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): E a SUPRAM teriam que analisar esses relatórios, emitindo pareceres tem um prazo interno regimental, para se definir os próximos passos após essa análise, parece que vai ficar sobrecarregado, e o resultado desse relatório da SUPRAM para dar o relatório à empresa, e até o COPAM acompanhar, é possível aplicar essa metodologia? A equipe tem condições de fazer isso tranquilamente? RODRIGO (SUPRAM JEQ): Essa foi uma discussão que fizemos com muito cuidado ao longo desse ano, com relação a LO da mina que é muito mais carregada muito mais pesado de informação do que da linha de transmissão. E chegamos a conclusão que do jeito que está é impossível fazer o acompanhamento par e passo ao cumprimento de Condicionante. Porque temos todo mês, diversos protocolos diferentes de condicionantes chegando na SUPRAM, e fazemos e perdemos. Nós excluímos a entrega de dado, então, faz monitoramento, eu não preciso saber qual é o dado, mês a mês que tem de qualidade de água; eu preciso que a empresa as alterações e em quais parâmetros. Os dados têm que estar disponíveis para a fiscalização a qualquer momento. Vamos receber relatório consolidados que demonstram a efetividades dos programas que demonstram a qualidade, onde deu certo o que está funcionando e o que está errado. A ideia é que consigamos fazer isso para todos os outros empreendimentos. Todos os relatórios da Anglo serão entregues junto em março, temos abril para uma equipe inteira verificar o cumprimento de Condicionante da Anglo de uma vez, pronto. Porque é muito melhor fazer isso do que ficar todo mês tirando a equipe para analisar o cumprimento de duas, depois mais duas; depois mais cinco. Achamos que funciona assim. MARCO ANTÔNIO (SETOP): Dentro desse modelo de programa está incluído o combate a incêndio, a educação? Porque os maiores problemas em linhas de transmissão hoje estão os incêndios em baixo das linhas de transmissão. DANIEL (ANGLO AMERICAN): Confirma. Tem o programa de educação público externo o que vamos colocar no programa interno, vamos fazer referência à mina, e o combate de incêndio também está incluído. ALEX (CAMINHOS DA SERRA): Esse lapso de tempo vocês entendem que não interfere, porque vai fechar vai ter três meses, vocês vão analisar, então vai ficar uns cinco a seis meses sem a continuidade? Como que é? ELIANA (SUPRAM JEQ): Não eles continuam monitorando.



589 RODRIGO (SUPRAM JEQ): Estamos falando de relatório anual, mas o cumprimento das
590 condicionantes ele não para no relatório. Então, se tem uma licença de seis anos com o
591 monitoramento de seis anos, todo ano vai ter. Então, em 31 de Dezembro eles fecham aquele
592 ciclo, ficam janeiro e Fevereiro consolidando os dados, fazendo a análise, têm que nos trazer
593 os dados analisados por eles, com análise crítica daquilo e entregam em Março. Mas a
594 continuidade dos programas é garantida. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Daniel, a
595 proposta da Anglo substituiria a Condicionante número um e suprime outras Condicionantes
596 também não é isso? A dois, só para conferirmos se todos os programas abarcam os objetos
597 das demais Condicionantes. **NÃO IDENTIFICADO:** A ideia é exatamente essa. A um onde
598 fala, as outras Condicionantes que citam os programas que foram incluídos na um elas foram
599 suprimidas e a gente incluiu a 1^a, que ela é praticamente na verdade a redação antiga. As
600 suprimidas são a dois que já tem o programa de manejo de faixa, a seis que é o PRADE que é
601 o controle de processos erosivos que está na um também. E aí a junção isso. Elas serão
602 excluídas e será proposta uma nova. Dr. Felipe eu sugiro que o Sr. já então coloque a redação
603 do Sr. lá nas três que se juntaram lá. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Que vai ser na nova
604 redação, uma nova Condicionante que vai haver a exclusão de três; e uma nova
605 Condicionante. Coloquei a título de sugestão da inclusão dos quirópteros também de
606 monitoramento da fauna, mas, para a equipe técnica avaliar uma vez que, terão uma
607 informação mais adequada para tanto. RODRIGO (SUPRAM JEQ): Não está proposto nos
608 programas de monitoramento de fauna o monitoramento de quirópteros, então, ele teria que
609 ser solicitado, apresentado de alguma maneira, tem que ter uma apresentação de um
610 subprograma que seja; para avaliação e validação de metodologia para que ele possa ser
611 incorporado no monitoramento. Estamos propondo que na própria Condicionante 1 em vez de
612 mudar na 2, na própria Condicionante 1 seja apresentada o escopo de proposta de um
613 subprograma de monitoramento de quirópteros, dentro do programa de monitoramento da
614 fauna, é só alterar aqui e no mastofauna já vem tudo. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO):
615 Na 1a; a gente vai ter que adequar esse texto, porque a 1 a vai ser apresentar o relatório das
616 atividades conforme estabelecido no escopo da 1. RODRIGO (SUPRAM JEQ): Isso, perfeito.
617 Tudo bem para a Anglo? DANIEL (ANGLO AMERICAN): Confirma. RODRIGO
618 (SUPRAM JEQ): Senhores conselheiros, terminamos de fazer as alterações das propostas
619 Condicionantes que foram acordadas já entre o empreendedor e a SUPRAM, e eu gostaria de
620 fazer a leitura já das Condicionantes no formato final. Então a primeira Condicionante, vou
621 manter a numeração mas depois isso vai ser alterado no anexo primeiro do parecer. Então, a
622 primeira Condicionante. *“Apresentar proposta de escopo para os programas, Programas de*
623 *Recuperação de Áreas Degradadas, Programa de Manejo da Faixa de Servidão, Programa*
624 *de Educação Ambiental e Subprograma de Monitoramento de Quirópteros considerando a*
625 *fase operacional da estrutura. Prazo noventa dias”*. Noventa dias para apresentar a proposta
626 de escopo, é da concessão. Condicionante 1 a. *“Apresentar relatório acompanhado de análise*
627 *técnica das atividades realizada para cada Público específico do Programa de Recuperação*
628 *de áreas Degradadas, Programa de Manejo da Faixa de Servidão, Programa de Educação*
629 *Ambiental, Programa de Segurança e Alerta do Trabalhador e Subprograma de*
630 *Monitoramento de Quirópteros contemplando o conteúdo abordado a metodologia utilizada e*
631 *os resultados alcançados, além do registro fotográfico das ações desenvolvidas. Prazo*
632 *anualmente até 31 de Março de cada ano referente às informações do ano base anterior de*
633 *01 de Janeiro à 31 de Dezembro”*. Condicionante número 2, pela exclusão. Condicionante
634 número 3. *“Apresentação de relatório final consolidado da continuidade do monitoramento*
635 *das matrizes e coleta do material reprodutivo referente ao Plano de Manejo e resgate da*
636 *flora incluindo o ano de 2014. Prazo anualmente até 31 de Março de cada ano referente às*
637 *informações do ano base anterior de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro”*. Condicionante



638 número 4. “Apresentar relatório contendo identificação das espécies resgatadas do
639 Programa de Manejo e Resgate de Flora que não foram identificadas até a apresentação do
640 relatório final. Prazo dezoito meses após a emissão da licença”. Condicionante número 5.
641 “Apresentar relatório com a porcentagem de sobrevivência das espécies no viveiro e do
642 plantio e sobrevivência das mudas na reintrodução das espécies nas áreas de compensação
643 florestal; anualmente durante a implantação das compensações durante as ações de
644 compensação florestal”. Condicionante número 6 pela exclusão. Condicionante número 7.
645 Pela manutenção conforme parecer único. Para leitura. “Apresentar a SUPRAM
646 Jequitinhonha os termos de compromisso de compensação florestal por intervenção em
647 vegetação nativa do bioma mata Atlântica firmado junto ao IEF e GCA. Prazo sessenta dias
648 após assinatura do termo”. Condicionante número 8, pela manutenção da Condicionante do
649 PU. “Apresentar a SUPRAM Jequitinhonha cópia da publicação no diário oficial da
650 aprovação do processo de compensação ambiental por intervenção APP e os termos de
651 compromisso de compensação florestal, firmados junto ao IEF e GCA. Prazo sessenta dias
652 após assinatura do termo”. Condicionante 9,10 e 11 pela exclusão. Inserção da
653 Condicionante no lugar dessas 9,10 e 11 com o seguinte texto. “Realizar as companhas
654 restantes de monitoramento de fauna para avifauna, herpetofauna e mastofauna e
655 encaminhar um relatório parcial ao final do primeiro ano de operação e relatório final, ao
656 final do segundo ano de operação contendo os tratamentos estatísticos para cada grupo,
657 análise técnica feita por profissional habilitado, discussão e conclusão a cerca dos impactos
658 gerados pelo empreendimento na fauna. Prazo anualmente até 31 de Março de cada ano
659 referente às informações do ano base anterior de 01 de Janeiro à 31 de Dezembro”.
660 Condicionante número 12. “Apresentar ao fim do Programa de Monitoramento de Fauna um
661 plano de continuidade do programa de monitoramento da fauna ameaçada endêmica,
662 vulnerável e com insuficiência de dados, caso os resultados finais indiquem essa necessidade.
663 Prazo constar do relatório final do Programa de Monitoramento da fauna”. SILVIO
664 (PRESIDENTE): Indaga se há ainda alguma sugestão com relação às Condicionantes? Não
665 havendo mais nenhuma sugestão. De forma resumida o que está em deliberação são as
666 alterações das Condicionantes 1, 3, 4, 5, e 12. A exclusão das Condicionantes 2, 6, 9, 10 e 11
667 e a Inclusão de duas novas Condicionantes a chamada 1 a que doravante deverá receber uma
668 nova numeração e aquela que receberá nova numeração que virá substituir as Condicionantes
669 número 9,10 e 11. Coloca em votação e aprovam a nova redação de como virá o anexo 1 das
670 Condicionantes a que se refere o parecer único. Item 7 da pauta da 90ª Reunião Ordinária. **7.**
671 **Proposta de Agenda Anual para as reuniões da Unidade Regional Colegiada**
672 **Jequitinhonha do COPAM, para o ano de 2015. Apresentação: Supram JEQ.** ELIANA
673 (SUPRAM JEQ): O calendário foi encaminhado, procuramos adequar e manter às segundas
674 quintas-feiras, fazendo adequações com relação a feriados, em fevereiro, vamos passar por um
675 período da mudança, achamos por bem prever a reunião mais para o final da última semana e
676 também no mês de março para não ficar um intervalo muito próximo fugindo assim da
677 segunda quinta. Em 2014, tivemos sérios problemas com relação às datas de reunião antes
678 encaminhávamos para a Prefeitura essa agenda e a conseguimos o bloqueio de todas as datas
679 hoje isso já não é mais possível. Então, temos que fazer isso a cada mês, e muitas vezes a data
680 que foi aprovada no nosso calendário a Prefeitura não tem como disponibilizar, vamos tentar
681 dentro do possível seguir a agenda para facilitar o planejamento dos senhores. Alguma
682 alteração? Alguma sugestão? CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): As agendas da COPA
683 também têm sido feitas no mesmo dia do COPAM e tem acontecido do meu impedimento e
684 os suplementares estarem também com essa incumbência da reunião da COPA na parte da manhã.
685 Vai manter essa mesma dinâmica do mesmo dia da reunião? ELIANA (SUPRAM JEQ):
686 Confirma. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): Não dá para alterar isso não? ELIANA



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental - Jequitinhonha
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM – URC JEQUITINHONHA

687 (SUPRAM JEQ): Não, por questão de logística facilita, considerando que se tem o Presidente
688 também que já está deslocando, ele já vem e faz. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): É o
689 mesmo presidente da COPA? ELIANA (SUPRAM JEQ): É o mesmo que preside o URC
690 preside a COPA. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): Então não tem jeito mesmo não.
691 ELIANA (SUPRAM JEQ): Agradece o Conselheiro José Otoni pelo lanche. SILVIO
692 (PRESIDENTE): Com relação ao item 7 permanece em discussão, mais alguma
693 manifestação? Coloca votação e aprova a proposta de agenda anual para as reuniões da URC
694 Jequitinhonha do COPAM para 2015. **8. Encerramento:** Agradece e parabeniza a todos pela
695 forma participativa, colaboração para que a reunião ocorresse de forma a mais adequada
696 possível. Encerrada a reunião. Agradece. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e
697 eu, Elisângela Cláudia Lima Garcia, lavrei a presente Ata que segue por ele assinada.
698 Diamantina, 11 de dezembro de 2014.

699
700
701
702

SILVIO HENRIQUE CRUZ VILHENA – (presidente suplente)